

Análise do Discurso como dispositivo teórico para a interpretação do programa Ruas de Memória

Analyse du Discours comme outil théorique d'interprétation du programme Rues de la Mémoire

Raissa Nascimento dos Santos*

Ao Pé da Letra, Recife, v. 27.1, 53-65, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 1984-7408.

DOI: <https://doi.org/10.51359/1984-7408.2025.266574>

Resumo: Em 2016, a Prefeitura de São Paulo assinou o decreto nº 57.146, que instituiu o programa Ruas de Memória. O documento oficial é responsável pela renomeação de vias públicas da capital paulista cujos nomes estão associados à ditadura militar. Esta pesquisa parte da perspectiva da Análise do Discurso (AD) para investigar como o decreto constrói um processo de desidentificação que possibilita ressignificar e reparar a memória coletiva urbana através de seus objetivos e ações. Desse modo, objetiva-se compreender os efeitos discursivos dessa política pública na produção de sentidos sobre o passado ditatorial. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Orlandi (2005a, 2005b), Pêcheux (1999) e Tfouni e Grigoletto (2020) cujas reflexões se voltam para conceitos como memória, esquecimento e desidentificação; Nora (1993), com seus estudos sobre os lugares de memória; Halbwachs (2013) e Oliveira e Nunes Jr. (2024), que abordam memória coletiva e monumentalidade pública. A análise pretende contribuir para futuros debates sobre a disputa por memórias no espaço urbano e sobre como a reconstrução simbólica do passado influencia os processos de identificação dos sujeitos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Memória; Ditadura militar; Cidade.

Résumé: En 2016, la mairie de São Paulo a signé le décret nº 57.146, qui a institué le programme Rues de la Mémoire. Ce document officiel est chargé de renommer des voies publiques de la cité dont les noms sont associés à la dictature militaire. La recherche s'inscrit dans la perspective de l'Analyse du Discours (AD) afin d'examiner comment le décret construit un processus de désidentification visant à re-signifier la mémoire collective urbaine à travers ses objectifs et ses actions. Ainsi, l'objectif est de comprendre les effets discursifs de cette politique publique sur la production de sens du passé dictatorial. L'appui théorique repose sur des auteurs tels qu'Orlandi (2005a, 2005b), Pêcheux (1999) et Tfouni et Grigoletto (2020), dont les réflexions portent sur les concepts de la mémoire, l'oubli et la désidentification; Nora (1993), avec ses études sur les lieux de mémoire; Halbwachs (2013) ainsi qu'Oliveira et Nunes Jr. (2024), qui abordent la mémoire collective et la monumentalité publique; et enfin Dias (2022), dont le travail porte sur la toponymie et ses effets de sens. L'analyse vise à contribuer aux débats sur la lutte pour la mémoire dans l'espace urbain et sur la manière dont la reconstruction symbolique du passé influence les processus d'identification des sujets.

Mots clés: Analyse du Discours; Mémoire; Dictature militaire; Cité

* Graduanda em Letras-Bacharelado pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil. E-mail: raissa.nsantos@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7785-0747>. Trabalho desenvolvido como avaliação para a disciplina de Análise do Discurso, ministrada pela Prof. Me. Estela Carielli de Castro, no semestre de 2024.2.

1. Introdução

*E tantos são os homens por debaixo das manchetes
São braços esquecidos que fizeram os heróis
São forças, são suores que levantam as vedetes
Do teatro de revistas, que é o país de todos nós*

Gonzaguinha

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 14), *lugares de memória* são “lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; [...] mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica”. Tais lugares apresentam características fundamentais, como materialidade, capacidade de cristalizar lembranças e transmissão simbólica de acontecimentos vividos por uma coletividade (Miranda, 2019).

Tornando-se pontos de mediação entre o passado e o presente, lugares de memória como monumentos, museus, jornais e demais inscrições urbanas desempenham papel central na construção da memória e da identidade de habitantes do espaço urbano,¹ ao materializarem discursos sobre a história local. Um exemplo disso são os topônimos, que, “mesmo que apareçam aí como meras etiquetas de espaços urbanos, são, enquanto nomes, o mapa (linguagem) que relaciona esta cidade com sua história, sem a qual ela não é uma cidade” (Guimarães, 2001, p. 100). Dessa forma, configuram-se como discursos que narram ou silenciam versões do passado urbano, cristalizando histórias e contribuindo para a constituição de sujeitos-cidadãos.

A toponímia é responsável por dar nome a lugares e, “ao receber um nome próprio, um local se individualiza, destacando-se de outros, tornando-se um ponto de referência espacial importante para o homem que dele se utiliza” (Gomes; Seabra, 2023, n. p.). Ao ser exposto a essa inscrição simbólica, o sujeito pode não mais alcançar a intenção etimológica que nomeia o logradouro (cf. Guimarães, 2001), fazendo com que ocorra uma “perda referencial, recalque, apagamento na memória histórica, que deixa, qual tênue lacuna, o traço de seu desaparecimento” (Courtine, 1999 *apud* Souza, 2001, p. 79) — restando apenas sua materialidade não-linguística (o não-dito) sobre sua constituição.

Pensando nessa perda referencial, em 2016, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, instituiu o programa Ruas de Memória (doravante PRM) por meio de um decreto oficial (São Paulo (SP), 2016), com o objetivo de renomear vias públicas da capital paulista associadas à ditadura militar. O documento — objeto de minha análise — levanta debates sobre ressignificação histórica, memória, silenciamento e identidade no espaço urbano e mostra-se um documento institucional denso e discursivamente rico, alinhado aos propósitos de teorias linguísticas discursivas.

¹ Neste estudo, concebo o espaço urbano como um espaço simbólico moldado pela história, habitado por sujeitos e portador de significantes (Orlandi, 2001), configurando-se como um amplo campo de produção e circulação de sentidos.

Diante disso, escolho a Análise do Discurso (AD) como aporte teórico desta investigação, por se constituir como um “dispositivo teórico que trabalha não sobre o que há a ser visto, mas sobre as condições interpretativas que iluminam um nicho de invisibilidade” (Souza, 2001, p. 73). Tal escolha se justifica por sua eficácia enquanto ferramenta teórico-metodológica para compreender os efeitos simbólicos da instituição do PRM, especialmente à luz dos conceitos de memória discursiva e esquecimento (cf. Orlandi, 2005b; Pêcheux, 1999).

A pesquisa busca responder à seguinte questão: *de que forma a AD pode revelar a configuração do PRM como uma desidentificação² à memória construída sobre a ditadura militar por meio da toponímia paulistana?* Para tanto, analiso algumas sequências discursivas do decreto — como objetivos, ações de mobilização e de mudança —, observando os gestos de interpretação que articulam memória e esquecimento na proposta de renomeação das ruas.

A construção de minha análise está ancorada nos trabalhos de Eni Orlandi (2005a, 2005b), Michel Pêcheux (1999), Vinícius Siqueira (2024) e Fábio Tfouni e Evandra Grigoletto (2020) com suas contribuições sobre AD e seus conceitos; Pierre Nora (1993) e seus lugares de memória; Andreas Huyssen (2014), Maurice Halbwachs (2013) e Lucas Oliveira e Paulo Nunes Jr. (2024) por seus estudos sobre memória coletiva e monumentalidade pública; além de Eliane Dias (2022) que versa sobre toponímia e seus efeitos de sentido.

Nas próximas seções deste artigo, abordarei os conceitos essenciais da AD utilizados no trabalho; em seguida, tratarei dos conceitos de memória discursiva, memória coletiva e esquecimento; depois, apresentarei a proposta de análise do discurso encontrado no decreto, com base em sua estruturação.

2. Análise do Discurso e seus conceitos fundamentais

Orlandi (2005a, p. 10) define a AD como um dispositivo teórico que se interessa pelo confronto do político com o simbólico, levantando “questões para a Lingüística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui, e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais questionando a transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam”. A AD surge, em 1969, com a publicação do trabalho *Analyse automatique du discours*³, de Pêcheux, considerado um ponto de partida para a teoria (Helsloot; Hak, 2000).

Influenciado pelo marxismo, estruturalismo saussuriano e pela psicanálise, Pêcheux cria um corte epistemológico capaz de observar a relação entre o sujeito, a linguagem e a ideologia; “assim, para Pêcheux, e de forma explícita, o desenvolvimento de um instrumento de análise do discurso não é um simples empreendimento técnico; muito mais,

² Para Pêcheux (1999, p. 56, grifos meus), memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e *contra-discursos*”. A desidentificação pode ser considerada como um *conflito de regularização*, algo que rompe com um discurso já estabelecido, formando outras práticas significativas.

³ Análise automática do discurso.

é uma parte constitutiva do projeto de fundação de uma *psicologia social científica*⁴ (Helsloot; Hak, 2000, p. 12, tradução e grifos meus). Nesse quadro teórico, a linguagem deixa de ser vista como um reflexo neutro da realidade e passa a ser compreendida como um espaço de disputas ideológicas — notoriamente evidente quando observamos práticas discursivas como a renomeação e ressignificação de espaços públicos.

A escolha de um topônimo, por si só, já exerce um grande impacto na cidade que dele se utiliza, pois, além de orientação, “os mapas representam poder, conquista e controle” (Huysen, 2014, p. 40). No entanto, ao considerarmos o processo de renomeação, a discussão torna-se ainda mais profunda: se uma escolha foi feita e, posteriormente, retificada, significa que o discurso instaurado por aquela nomeação inicial foi contrariado ou deslocado por outra formação discursiva⁵ (FD), evidenciando a disputa de sentidos em torno da memória e da identidade urbana, mediada por ações de instituições públicas e governamentais.

Visto que “o estudo dos topônimos permite o acesso à história, à memória e à identidade de um lugar” (Dick, 1990 *apud* Dias, 2022, p. 135-136), a renomeação e ressignificação de seus topônimos não se limitam à troca de um nome, mas mobilizam novos sentidos, memórias e disputas em torno da cidade. Como bem afirmam Oliveira e Nunes Jr. (2024, p. 474), “ressignificar é o verbo que aparece para ajudar-nos a refletir [...], uma vez que a história não é um conceito estático, mas em plena disputa, feita de representações do passado que reverberam, ininterruptamente, possibilidades no presente”.

O conceito de memória discursiva esboça bem o que já vem sendo apresentado como *representações do passado com possibilidades no presente*, sendo “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2005b, p. 31). Ou seja, é a construção semântica de algo pertencente a uma experiência passada e que já foi significada por alguém (podendo ser retomada ou rompida a depender do discurso).

O esquecimento, por sua vez, frequentemente tratado como antônimo de memória, na realidade, está mais próximo a ela do que se imagina. Orlandi (2005b, p. 49) afirma que “o trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade a impressão do sentido-lá”. Ou seja, ao se esquecer o “sentido primeiro” de um discurso, o sujeito o incorpora e o toma como natural, ou “sentido-lá”, formando, assim, sua memória discursiva. Para a autora, esse apagamento torna-se necessário para que o sujeito se construa e se insira em uma

⁴ No original: “Ainsi, pour Pêcheux, et de façon explicite, le développement d’un instrument d’analyse du discours n’est pas une simple entreprise technique; bien plus, il s’agit d’une partie constitutive du projet de fondation d’une psychologie sociale scientifique” (Helsloot; Hak, 2000, p. 12).

⁵ Formação Discursiva, isto é, “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (Pêcheux *et al.*, 1971 *apud* Siqueira, 2024).

identidade, pois a estruturação dessa memória não é só uma repetição, mas uma projeção de sentidos (Orlandi, 2005b).

Portanto, ao afirmar que a memória “exerce influência sobre a história (da sociedade e de cada indivíduo), a política, a linguagem, a cultura e a construção da identidade de um espaço urbano” (Miranda, 2019), aponto que a memória coletiva construída em torno da ditadura militar é tensionada e deslocada pelo decreto que institui o PRM, configurando-se como um contra-discurso⁶. Conforme Pêcheux (1995 [1975] *apud* Tfouni; Grigoletto, 2020), o sujeito pode ser interpelado por diferentes formações ideológicas, assumindo posições como bom sujeito, mau sujeito ou operando um processo de desidentificação. Este último é compreendido como um rompimento com a FD dominante em que o sujeito está inserido, indo além de questionamentos pontuais (Grigoletto, 2005 *apud* Tfouni; Grigoletto, 2020).

No contexto deste estudo, entende-se que o decreto opera esse gesto de desidentificação ao romper com a FD que legitimava homenagens a figuras associadas à ditadura militar, que violavam direitos humanos durante este período. A partir disso, o PRM pode ser interpretado como uma inscrição institucional de contra-discurso, como uma tentativa de ressignificar sentidos dissidentes no espaço urbano. E, para melhor decorrência dos eventos, é necessário lembrar o que marcou esse período com uma breve contextualização.

3. Ditadura e toponímia: os dizeres possíveis

O regime instaurado após o golpe de militares, em 1964, apoiado por setores da classe média, empresários, parte da imprensa e políticos conservadores, justificou-se como uma defesa contra uma suposta ameaça comunista e alegava que o país retornaria à normalidade democrática, com eleições diretas previstas para novembro de 1965 (Teixeira, 2024). Contudo, o regime consolidou seu poder, ampliou a repressão e cancelou as eleições, instaurando um sistema autoritário que se perpetuou até 1985. Durante esse período, torturas, prisões, mortes, desaparecimentos e exílios foram tratamentos “comuns” a qualquer pessoa que fosse considerada subversiva ou militante para o governo. E,

nos 20 anos daquele regime, mais de 50 mil pessoas foram presas, mais de sete mil foram indiciadas por crimes políticos e quase cinco mil tiveram seus direitos políticos cassados. O Estado brasileiro iniciou o reconhecimento das violações de direitos humanos pela ditadura somente após 1985, já no governo Sarney. A ditadura matou mais de mil camponeses e outras 475 pessoas foram mortas ou são consideradas desaparecidas (Teixeira, 2024, n.p.).

Nomes como Humberto de Alencar Castelo Branco, Dr. Jayme Augusto Lopes, Sérgio Paranhos Fleury e Romeu Tuma são rememorados, hoje em dia, por pessoas que passam por ruas, avenidas e lugares públicos movimentados da capital paulista. Tornaram-

⁶ Em um contexto de ruptura com discursos autoritários, silenciadores e opressores (como no caso da ditadura militar), assumo, neste trabalho, um caráter contra-discursivo ao processo de desidentificação.

se figuras emblemáticas que surgiram durante a ditadura e devem trazer consigo uma noção de manifesto, democracia e resistência. Trata-se, no entanto, de uma falsa impressão. Esses quatro nomes representam ditadores, torturadores e apoiadores das violências e da antidemocracia do regime. *Por que eles? O que esses nomes têm a dizer?*

Monumentalidades públicas tendem a compor um propósito social de dominação por parte de grupos que detêm o poder de escolha sobre qual história deve ser contada. O que não é contado, é silenciado. A dimensão política do silenciamento não implica um calar, mas um “fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer” (Orlandi, 2007, p. 53). A partir disso, somos lançados em outra questão da memória: ela não é reflexo da realidade (Oliveira; Nunes Jr., 2024).

As vítimas da ditadura militar fizeram parte da história, foram inseridas em uma memória, mas não foram dadas como dignas a se tornarem “heroínas” da nação, eram “inimigas”. O poder estava nas mãos de um governo militar opressor e totalitário que esbanjava a propaganda: “quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”. Nota-se então que “a toponímia é atravessada por múltiplos significados construídos a partir das relações de poder em que alguns sujeitos, em determinados contextos históricos, construíram” (Comerci, 2012 *apud* Dias, 2022, p. 138).

A cidade, além de espaço material e simbólico, torna-se também um campo de embate ideológico, capaz de fazer emergir dizeres possíveis antes silenciados ou censurados por grupos outrora dominantes. Por conseguinte, atualmente, “[...] na medida em que desceu o silêncio oficial para encobrir os crimes do passado [ditadura], o clamor por justiça e a demanda de que os desaparecidos fossem lembrados intensificaram-se no âmbito popular” (Huyssen, 2014, p. 164). Assim, a mudança de nomes de ruas configura-se como um ato que ultrapassa a esfera administrativa, inserindo-se em disputas discursivas sobre a identidade de uma comunidade, revelando-se como uma forma de instrumentalização da memória, orientada por um esquecimento público, capaz de influenciar a memória coletiva da sociedade.

Entende-se por memória coletiva o conjunto de memórias individuais inseridas em grupos sociais, compartilhadas e lembradas por indivíduos que, de alguma forma, se envolveram com o evento (Halbwachs, 2013). Esse envolvimento pode ser direto ou indireto, sendo resgatado de diferentes maneiras, inclusive por meio do espaço:

Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (Halbwachs, 2013, p. 159-160).

Dessa forma, percebe-se que a estabilidade do espaço se correlaciona à estabilidade do grupo, de modo que os topônimos, enquanto inscrições urbanas, não apenas identificam

locais, mas evocam memórias e esquecimentos, cristalizando experiências coletivas e funcionando como pontos de referência que conectam a história do espaço à experiência social de seus habitantes.

4. O programa Ruas de Memória: contexto e objetivos

A partir da Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013, responsável por “articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a promoção e defesa dos direitos humanos” (São Paulo (SP), 2013, n. p.), surgiu o decreto nº 57.146 de 25 de julho de 2016 que originou o programa Ruas de Memória.

Segundo um levantamento da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade, disponibilizado no site da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, há na cidade de São Paulo, pelo menos, 38 logradouros associados à ditadura, sendo 22 deles diretamente vinculados a nomes de ditadores e torturadores (Programa, 2015). Compreendo, então, que uma memória coletiva é, então, induzida.

A presença ausente do discurso ditatorial, provocada por um silenciamento estrutural, contribui para a manutenção de uma narrativa hegemônica que suprime as vozes das vítimas e perpetua a normalização da repressão no espaço urbano. As relações de poder existentes na cidade evocam disputas emblemáticas que podem favorecer grupos dominantes a manterem seus privilégios, “uma vez que os grupos mais bem posicionados na hierarquia social criam mecanismos diversos para manipular a história a seu favor e induzir efeitos de sentido que valorizem ‘heróis’ e ‘feitos’, como se estes fossem os reais fatos ocorridos” (Oliveira; Nunes Jr., 2024, p. 477).

Dias (2022, p. 136) aponta que a criação de um topônimo é determinada por “fatores históricos, geográficos, sociais e políticos [...] que muitas vezes fazem parte das estratégias de controle social de um lugar e momento na história de um país”. Considerando que os topônimos analisados nesta pesquisa foram criados durante um governo totalitário — responsável por censurar, oprimir e eliminar opositores —, é possível afirmar que os discursos veiculados por meio dessas nomeações foram cuidadosamente escolhidos para representar uma narrativa “oficial”.

Contudo, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (Orlandi, 2005b, p. 44). Assim, em uma sociedade plural e diversa, composta por distintas FDs, não se está limitado a uma única versão da história. Ao contrário, é possível refletir diferentes concepções de realidade a partir de manifestações patrimoniais que criam e reconhecem a identidade de um grupo (Ramos; Esteban, 2020 *apud* Oliveira; Nunes Jr., 2024).

Entre essas diferentes concepções de realidade, destaca-se a possibilidade de traçar um paralelo imagético entre duas posições de poder: os militares no exercício da função “presidencial” e a Prefeitura de São Paulo, responsável pela criação do decreto. Embora pertençam a esferas distintas — nacional e municipal —, percebe-se que, ao reconhecer

sua responsabilidade social, buscando reparar violações cometidas no passado, a Prefeitura rompe com a memória discursiva estabelecida pelo regime ditatorial e, simultaneamente, retoma o discurso condizente com sua função social e política. Há uma *desidentificação* por parte da prefeitura. Para tanto, retomo, aqui, o conceito de FD como um conjunto de enunciados definidos pelo que pode e deve ser dito por uma posição-sujeito.

Conforme Mussalim (2021, p. 119), “uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por ‘regras de formação’, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva”. Nesse sentido, a *posição-sujeito-presidência* foi marcada por mecanismos externos que romperam com as expectativas dessa governança, que, ao invés de prezar pelo bem de seus cidadãos, foi responsável por vitimá-los. Em contrapartida, a *posição-sujeito-prefeitura* mobilizou discursos e efeitos de sentido orientados para a reparação histórica, demonstrando que a política pode ser transformada por meio do decreto e que outras vozes — silenciadas — podem agora ser ouvidas. Essa reparação histórica proposta pela Prefeitura pode ser observada nos objetivos do PRM, listados abaixo:

I - territorializar o debate sobre direito à memória e à verdade e reconstruir a memória histórica da cidade; II - ressignificar os logradouros e equipamentos públicos prioritários ao Programa, com melhorias de zeladoria e serviços públicos, a fim de transformá-los em locais do encontro e do exercício da cidadania; III - promover uma reparação simbólica às vítimas dos crimes da ditadura (São Paulo (SP), 2016, n.p.).

A memória como “estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” é o que Pierre Achard apresenta como regularização discursiva (Pêcheux, 1999, p. 52). Ao propor uma reconstrução da memória histórica da cidade, uma ressignificação dos logradouros e uma reparação simbólica às vítimas da ditadura, o decreto interrompe a regularização discursiva presente nas nomeações de ruas e constitui novas construções de sentido, mostrando que símbolos da história podem ser interrogados e discutidos. E, para que tais manifestações ocorram, é fundamental o conhecimento da história e o compromisso com a busca por justiça.

No entanto, apesar de a ditadura ter ocorrido em um período relativamente recente no Brasil — que completa 40 anos de seu fim neste ano (2025) —, o debate acerca de seus acontecimentos ainda não alcança toda a população. Pensando nisso, o tópico referente às ações de mobilização do PRM propõe o seguinte:

I - promover o diálogo e a reflexão sobre a ditadura militar e seus impactos até o presente; II - levantar junto à comunidade sugestões de novas denominações que façam sentido para a realidade local; III - valorizar a cultura local, preferencialmente envolvendo moradores da região, organizações de bairro, coletivos e entidades da sociedade civil locais e a cultura local; IV - ser comunicadas à SMDHC, que dará publicidade prévia

às ações em seus veículos eletrônicos de divulgação (São Paulo (SP), 2016, n.p.).

Assim como a permanência de nomes contrários à democracia impacta subjetividades e coletividades que circulam por esses espaços, a renomeação de tais locais também produz efeitos significativos — simbólicos, identitários e políticos — na constituição da memória coletiva (Halbwachs, 2013). Um topônimo cria uma imagem, que, como Pêcheux (1999, p. 51) evidencia, “seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito”. A renomeação dessas placas evoca, em seu “programa de leitura”, uma nova maneira de interpretar as “imagens” que nomeiam seus espaços físicos — espaços que permanecem inalterados fisicamente, mas são modificados no discurso.

Essa substituição imagética traz consigo uma inscrição histórica reparadora em forma de metáfora: “definida como tomada de uma palavra por outra. Na análise de discurso, ela significa basicamente ‘transferência’, estabelecendo o modo como as palavras significam” (Orlandi, 2005b, p. 44), sendo formada por substituição, paráfrase ou sinônimos, elegendo uma FD como seu sentido provisório. Os militares que foram aclamados e considerados “heróis” no período ditatorial são, hoje, reconhecidos como violadores dos direitos humanos. Inversamente, as vítimas da ditadura, antes retratadas como militantes subversivos e “inimigos” da nação, passam a ocupar, no presente, o lugar de verdadeiros heróis da memória coletiva democrática.

A representação da metáfora no PRM manifesta-se por meio da substituição simbólica, realizada com a instalação de placas que acompanham a renomeação de logradouros públicos, conforme previsto pelo decreto: “I - registrar a alteração realizada; II - indicar o nome anterior; III - justificar a substituição do nome, com vistas a preservar a memória histórica dos fatos ocorridos no período da ditadura militar” (São Paulo (SP), 2016, n. p.).

A inscrição do novo nome, acompanhada da explicitação de seu significado em relação ao anterior, assume um papel educativo para a sociedade, interferindo diretamente na constituição da memória coletiva. Um período historicamente marcado pela censura é, assim, desmascarado por meio da informação pública e da reescrita simbólica dos espaços urbanos.

5. Considerações finais

A presente análise concentrou-se nos efeitos de sentido produzidos pelo programa Ruas de Memória, uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo responsável pela renomeação de ruas vinculadas à ditadura militar. Buscou-se compreender, a partir da documentação oficial, quais foram os argumentos utilizados pela prefeitura para a construção de uma desidentificação com os signos toponímicos escolhidos durante o regime militar.

Para tanto, realizou-se uma leitura crítica do decreto que regulamenta o PRM, com base nos pressupostos da Análise do Discurso, uma perspectiva teórica que se fundamenta na compreensão de que “o estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca” (Orlandi, 2005b, p. 43). Essa leitura permitiu responder à questão inicialmente proposta, trazendo as seguintes descobertas.

Os processos de desidentificação percebidos no decreto remetem à necessidade de reparação histórica em relação a um período que violou direitos humanos e promoveu figuras totalitárias como símbolos nacionais. As mudanças toponímicas propostas apontam para a importância de se construir uma memória coletiva capaz de revelar versões da história antes silenciadas, no que se refere à ditadura militar. Nesse processo, os conceitos de memória discursiva e esquecimento também foram utilizados, pois evidenciam os mecanismos pelos quais determinados discursos, mesmo que negativos, são naturalizados e incorporados socialmente. Isso ocorre porque os sujeitos, enquanto produtos de suas interações sociais, estão imersos em múltiplos espaços de significação, e a linguagem — compreendida como uma construção social — é o meio pelo qual esses sentidos se estabilizam ou se transformam (Miranda, 2019).

Assim, a AD mostra-se uma ferramenta fundamental para revelar os mecanismos de naturalização dos sentidos, permitindo compreender o que tais discursos produzem e de que forma podem ser retomados ou rompidos por outras FDs. Isso porque nenhum sentido é fixo e seu lugar é sempre provisório e depende da posição-sujeito que o enuncia.

A renomeação desses topônimos é uma mudança necessária, pois possibilita o acesso à memória e à verdade sobre um governo marcado por contradições e violações, afinal “somente a memória das violações dos direitos pode alimentar o futuro dos direitos humanos no mundo, fornecendo um elo substancial entre passado e futuro” (Huyssen, 2014, p. 196). Além disso, representa uma ação pouco realizada: reavaliação de monumentos existentes e promoção de criação de novos símbolos nacionais que estejam de acordo com os valores democráticos e com a diversidade da sociedade contemporânea. Assim, vozes que um dia foram condenadas ao silêncio — tornadas *akleès* — podem agora tornar-se *klèos*, “isto é, capazes de resistir ao tempo, depois de terem sido ouvidas” (Segal, 2000, p. 176), sendo lembradas por gerações futuras.

Considerando a riqueza discursiva do tema, pretendo dar continuidade a esta investigação em futuros trabalhos, ampliando a análise para outras materialidades discursivas relacionadas ao PRM e sua repercussão na cidade de São Paulo, recuperando o conceito de memória em contextos urbanos. Ademais, espero que os diálogos promovidos pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo estimulem nas comunidades o desejo de conhecer e refletir sobre os nomes dos espaços que habitam e frequentam, compreendendo como essas escolhas podem representar — ou reconfigurar — a realidade social que os constitui.

Referências

- DIAS, Eliane Ferreira. História, identidade e memória: um estudo sobre os nomes das cidades brasileiras do sudeste do Pará. *In*: SOUZA, Lilian de; TONELLI, Fernanda (org.). *Linguística, Letras e Artes: ressonâncias e repercussões*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2022. v. 2, p. 135-141.
- GOMES, Marianna de Franco; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Toponímia e topônimos. *Repositório de dados - UFMG*, 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimiahistoricamineira/index.php/toponimos/>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- GUIMARÃES, Eduardo. Um mapa e suas ruas. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 95-100.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HELSLOOT, Niels; HAK, Tony. La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse du discours. Tradução de Emmanuelle Cambon. *Langage et société*, n. 91, mar. 2000, p. 5-28.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- MIRANDA, Lucas Mascarenhas de. Memória individual e coletiva. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 27 maio 2019. Especial. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em: 26 fev. 2025.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2021. p. 101-142.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- OLIVEIRA, Lucas Bená de; NUNES JR, Paulo Cezar. Patrimônio Incendiário: Monumentos bandeirantes e embate de memórias em São Paulo. *Revista Rua*, Campinas, v. 80, n. 2, p. 473-492, nov. 2024. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/pdf/446-patrimonio-incendiario-monumentos-bandeirantes-e-embate-de-memorias-em-sao-paulo>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Tralhas e Troços: o Flagrante Urbano. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 9-24.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, 2005a. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973/829>. Acesso em: 01 out. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sujeito, história, linguagem. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005b. p. 25-55.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* (org.). *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 48-57.

Programa Ruas de Memória pretende mudar logradouros que homenageiam violadores de direitos humanos. Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, [S.l.], 20 jul. 2015. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/noticias/199764. Acesso em: 19 mar. 2025.

SÃO PAULO. *Lei n.º 15.764, de 27 de maio de 2013*. Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais. Diário Oficial da Prefeitura de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15764-de-27-de-maio-de-2013/detalhe/649ae15114119248c5a5aec6>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SÃO PAULO. *Decreto n.º 57.146, de 25 de julho de 2016*. Dispõe sobre a renomeação de logradouros referentes a graves violações dos direitos humanos. Diário Oficial da Prefeitura de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57146-de-25-de-julho-de-2016>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SEGAL, Charles. O ouvinte e o espectador. *In*: VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses e os homens*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 173-198

SIQUEIRA, Vinícius. O que é análise do discurso? Qual é a sua importância?. *Colunas tortas*. [S. l.], 18 out. 2024. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/analise-do-discurso/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOUZA, Pedro de. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 71-81.

TEIXEIRA, João Carlos. 1974: o início do fim da ditadura. *Agência Senado*, [S.l.], 25 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/10/1974-o-inicio-do-fim-da-ditadura>. Acesso em: 19 mar. 2025.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani; GRIGOLETTO, Evandra. Imaginário e identificação no discurso sobre Donald Trump: análise do funcionamento de capas das revistas Exame e Istoé. *Fórum Linguístico*, Santa Catarina, v. 17, n. 2, p. 4815-4830, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2020v17n2p4815/44099>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Recebido em 20 de maio de 2025
Aceito em 26 de junho de 2025



Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais das pessoas autoras, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).